



COLÓQUIO DE HISTÓRIA SOCIAL

As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

Mudanças climáticas e desigualdade: quem paga o preço da crise ambiental?

Daiana de Souza Bezerra¹

Luan Mateus Oliveira de Souza²

Introdução

Uma das maiores problemáticas existentes na sociedade moderna está relacionada com as mudanças climáticas, ou seja, nas alterações observadas nos padrões climáticos a longo prazo, provocadas por causas naturais e, principalmente, pela ação humana. A exemplo, ressalta-se o aquecimento global, processo de aumento da temperatura média do planeta, que tem como atividade responsável a crescente emissão de gases poluentes que intensificam o efeito estufa, oriundos da queima de combustíveis fósseis, desmatamento, dentre outros. Como resultado, são percebidas alterações drásticas nos ecossistemas, na saúde humana, na disposição de recursos naturais essenciais à existência do homem e nos padrões climáticos. Alvo de estudo já há alguns anos, pesquisadores, cientistas e estudiosos vêm alertando sobre esses distúrbios enfrentados.

Ocorrências de furacões em áreas não usuais, verões excessivamente quentes no hemisfério norte, estiagens severas em regiões habitualmente úmidas e outros distúrbios de sazonalidade, têm sido interpretados pela mídia e, mais cautelosamente, pela comunidade científica, como produtos da desestabilização climática. (Conti, 2005, p. 71).

O processo de industrialização contribuiu significativamente para tal desencadeamento dessas altas temperaturas. A Revolução Industrial não apenas transformou a economia global, mas também alterou os métodos de produção, resultando em impactos significativos no meio ambiente.

¹Discente do curso de Ciências Econômicas, URCA- *campus* Iguatu, daiana.souza@urca.br, Ceará- Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa em História Econômica e Economia Política Brasileira.

²Discente do curso de Ciências Econômicas, URCA- *campus* Iguatu, luan.oliveirasou@urca.br, Ceará- Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa em História Econômica e Economia Política Brasileira.





COLÓQUIO DE HISTÓRIA SOCIAL

As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

O capitalismo, sistema econômico baseado na produção em larga escala, no consumo e na busca pelo lucro, tem relação direta com essas mudanças climáticas. Desde a Revolução Industrial, a intensa exploração dos recursos naturais e a queima de combustíveis fósseis têm acelerado o crescimento econômico, mas também contribuído para o aumento da emissão de gases, acentuando o aquecimento global. Portanto, a discussão sobre os eventos climáticos, por serem influenciados pela ação antrópica, vai além da bolha científica e social, permeando pelo âmbito político.

É perceptível que essas transformações ambientais não ocorrem de forma uniforme já que alguns setores possuem mais recursos para lidar e se adaptar aos eventos, enquanto outros enfrentam inúmeras dificuldades, agravando as já existentes desigualdades sociais. As populações de baixa renda, comunidades periféricas e, de forma mais geral, países em desenvolvimento são os mais suscetíveis aos efeitos das mudanças climáticas por não terem uma infraestrutura de proteção, residirem em áreas mais vulneráveis a enchentes e desmoronamentos e dependerem de atividades econômicas relacionadas ao meio ambiente. Logo, um processo destrutivo desse último afeta a renda de boa parte da população, aprofundando situações de pobreza e degradação ambiental.

A relevância da discussão proposta neste trabalho reside em perceber quem são os principais impactados pela crise ambiental e como políticas climáticas devem ser direcionadas para mitigar tal obstáculo e as desigualdades existentes. Compreender a emergência climática é primordial para definir estratégias e estudar acordos já realizados, bem como a responsabilidade histórica dos países mais desenvolvidos na emissão de carbono e na exploração de recursos naturais, é crucial para debater a equidade na distribuição dos custos e benefícios das políticas ambientais.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir como as mudanças climáticas afetam desigualmente diferentes grupos e regiões com base em fatores socioeconômicos, históricos e geopolíticos. Para isso, o trabalho foi dividido em três tópicos para desenvolvimento da discussão. Primeiramente, pretende-se explorar as bases teóricas e conceituais associadas à justiça climática e colonialismo ambiental. Em seguida, serão





COLÓQUIO DE HISTÓRIA SOCIAL

As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

apresentadas evidências sobre o impacto desigual da mudança climática nos países e nos grupos sociais. Por último, serão discutidas as soluções e propostas políticas de mitigação já exploradas globalmente.

A metodologia consiste em uma pesquisa de natureza básica e estudo qualitativo. A partir disso serão estudados artigos, livros e outras fontes bibliográficas, assim como sites e revistas eletrônicas. Espera-se, com esse estudo, contribuir para o debate acerca de políticas e emergências climáticas, considerando não apenas os riscos ecológicos, mas também as desigualdades preexistentes para proteção dos grupos mais vulneráveis.

Referencial teórico

- Justiça climática

A Justiça Climática surge como um prolongamento da ideia de Justiça Ambiental, conceito este que destaca as desigualdades na forma como diferentes indivíduos do corpo social enfrentam os impactos das mudanças climáticas. Enquanto fenômenos de grande magnitude como chuvas, enchentes e ondas de calor, afetam populações de maneira geral, são as comunidades mais frágeis que recebem os maiores prejuízos, o que mostra que o fator desigualdade social dita o grau de exposição dos grupos sociais aos riscos ambientais (Acsehrad et al., 2004).

Os defensores da ideia de Justiça Climática sustentam que as populações que menos contribuem para a emissão de gases do efeito estufa são as que mais sentirão os efeitos das mudanças climáticas. Buscando minimizar esses empasses, eles sugerem a concretização de políticas públicas e iniciativas que abarquem as mudanças do clima sob uma visão ética de direitos humanos, com o intuito de reduzir as mazelas dos grupos sociais mais atingidos de forma desigual.

Uma maneira para se explicar melhor tais impactos seria a utilização da metáfora da “nave espacial” formulada por Boulding (1966), a qual afirma que os impactos ambientais em um planeta efêmero atingem a todos os seus residentes, assim como os





As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

“tripulantes” de uma mesma nave, os seres humanos se utilizam dos mesmos recursos e espaços, que são classificados como finitos.

Seguindo essa visão, caso haja o estabelecimento de uma atividade produtora de gases do efeito estufa, independentemente do país ou território, ela poderá gerar o efeito transbordamento, ou seja, diversas outras regiões que possuam ou não proximidade com o ponto focal de tal atividade também seriam atingidas pelos impactos das mudanças do clima, pois tal fenômeno desconhece o conceito de fronteiras ou divisas construídas pelos seres humanos.

Apesar dos fenômenos climáticos afetarem a população no geral, há uma diferenciação quanto a classe que os indivíduos pertencem, ou seja, pessoas com maiores níveis de renda se adequam melhor a tais condições devido ao acesso a serviços básicos como saúde, segurança e infraestrutura no geral, e isso, por sua vez, os diferenciam dos demais. O conhecimento científico contemporâneo tem a capacidade e deve ser progressivamente utilizado para tornar a sociedade humana menos vulnerável a fenômenos naturais. Isso significa pensar maneiras de reduzir os efeitos dos eventos naturais de forma a não exaurir ainda mais os recursos terrestres e também beneficiar a população mais desfavorecida.

- Colonialismo ambiental e economia política de mudança climática

O Colonialismo ambiental se refere a um fenômeno que se insere dentro de uma estrutura histórica holística de exploração, ocorrência essa iniciada com a chegada dos europeus às Américas e a imposição de um modelo de exploração dos povos nativos e de seus territórios que se firmava, conforme Assis (2014, p. 616),

[...] pela força e supremacia político-militar do Estado colonizador, no contexto de colonialidade na apropriação da natureza, há outros mecanismos de poder que promovem a aceitabilidade da exploração territorial, dentre os quais se destacam: consideração, como vantagem comparativa no mercado mundial, a extração de riquezas naturais; discurso da disponibilidade de terras vazias, degradadas e inexploradas; necessidade de tornar o território economicamente produtivo; criação da ideia-força de que o progresso e o crescimento econômico se atrelam à extração de riquezas naturais; conciliação e harmonia entre exploração capitalista da natureza e preservação ambiental; e integração



COLÓQUIO DE HISTÓRIA SOCIAL

As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

dos produtos primários à economia global como forma de pavimentar o caminho para era moderna.

Essa situação não persiste apenas na atualidade, porém se intensifica por meio de regras jurídicas externas que promovem a fragilidade dos países localizados no Sul Global, o que consolida uma nova dinâmica de controle sobre os seus espaços e recursos naturais, o que pode ser descrito como colonialidade climática.

Desde o primórdio dos tempos modernos, a natureza tem sido vista pelo Ocidente como um mero objeto a ser apropriado e explorado até o seu esgotamento. Em consonância com Squeff e Martins (2020), os recursos naturais do continente americano eram tratados como simples matérias-primas que seriam destinadas à Europa, servindo como elementos base para a produção de bens consumíveis e beneficiando de maneira exclusiva o centro do sistema-mundo. Tal modelo corroborava o uso desenfreado do meio ambiente sem levar em consideração ideologias de povos indígenas e afrodescendentes, que compreendem a relação entre indivíduos e natureza de forma interdependente (Walsh, 2009).

A crise ambiental atual, impulsionada pelas mudanças climáticas, está alicerçada tanto na expansão imperialista quanto na mercantilista, que propagaram a ideia de crescimento econômico infinito. Esse esquema, associado ao modelo liberal-capitalista, por sua vez, ocasionou o esgotamento dos recursos naturais e o agravamento dos impactos ambientais, denotando a irracionalidade do uso desenfreado do meio ambiente (Clapp; Dauvergne, 2005).

Em suma, tal forma de dominação deixou graves efeitos, colocando em xeque mazelas já existentes, principalmente às classes com menos acesso a recursos, assim como também aos países do Sul Global. Tais efeitos desses domínios perduram até a atualidade, sendo alguns deles incontornáveis caso não haja um pensamento de decolonialidade.

Evidências e desafios das mudanças climáticas





As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

- Efeitos desiguais das mudanças climáticas entre países

Os efeitos das mudanças climáticas afetam todos os países, mas não de forma igualitária, recaindo principalmente sobre os menos desenvolvidos que tendem a ser mais vulneráveis e menos preparados que os desenvolvidos. Diversos outros fatores podem influenciar nessa ausência de uniformidade, como a localização geográfica, estrutura econômica da nação, infraestrutura e capacidade tecnológica. Quanto mais recursos (riqueza) disponível para um país, maior seu poder para mitigar os impactos ambientais. Em contraste, se tiver menos recursos, os desafios se tornam mais severos e aumenta a possibilidade de agravar desigualdades socioeconômicas já existentes.

As maiores potências, por terem uma economia mais robusta, conseguem investir em estratégias avançadas para reduzir emissões de gases de efeito estufa e fornecer subsídios para seus habitantes mais atingidos. Acrescenta-se também que a maior parte desses países tem planos de ação e políticas públicas voltados à preservação ambiental. Contudo, vale destacar que historicamente, como será mais discutido posteriormente, esses mesmos países são os principais responsáveis pelas mudanças climáticas devido às emissões acumuladas de carbono ao longo do tempo.

Com o objetivo de fornecer informações científicas atualizadas para os formuladores de políticas, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente criaram, em 1988, o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). Sua missão é realizar estudos planejados e imparciais sobre os aspectos científicos, técnicos e socioeconômicos das mudanças climáticas provocadas pela atividade humana, analisando seus riscos, impactos potenciais e alternativas para mitigação e adaptação. De acordo com o relatório de 2023 do IPCC:

As atividades humanas, principalmente através das emissões de gases de efeito estufa, inequivocamente causaram o aquecimento global, com a temperatura da superfície global atingindo um valor 1,1° C mais alto entre 2011-2020 do que no período de 1850-1900. As emissões globais de gases de efeito estufa continuaram a aumentar, com contribuições históricas e contínuas desiguais decorrentes do uso insustentável de energia, do uso da terra e da mudança no



COLÓQUIO DE HISTÓRIA SOCIAL

As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

uso da terra, dos estilos de vida e dos padrões de consumo e produção entre regiões, entre países e dentro deles, e entre indivíduos (alta confiança). (IPCC, 2023, p. 20).

O relatório destaca que há uma grande desigualdade nas emissões de CO₂, os países mais ricos e uma pequena parte da população emitem muito mais, enquanto os países mais pobres e a maioria da população emitem menos, mas sofrem mais com os impactos das mudanças climáticas. “Comunidades vulneráveis que menos contribuíram historicamente para a mudança atual do clima são afetadas de forma desproporcional.” (IPCC, 2023, p. 21).

Corroborando com a discussão, Juras (2008, p. 39) argumenta que “[...] A discussão sobre o aquecimento global e suas consequências já deixara de fazer parte apenas da esfera científica, principalmente dos meteorologistas e climatologistas, para ocupar espaço cada vez maior na agenda política e econômica internacional.” Tendo em vista que os países desenvolvidos possuem economias planejadas e infraestruturas mais resistentes para lidar com eventos climáticos extremos, permitindo resposta mais rápida e eficiente, é essencial que as políticas de mitigação e adaptação sejam elaboradas de forma justa, com cooperação internacional para garantir que os países mais afetados recebam o apoio necessário para enfrentar as crises globais.

Essas nações, em resumo, são mais vulneráveis devido à sua dependência de setores sensíveis ao clima e à menor capacidade de adaptação. O IPCC alerta que, sem ações imediatas, os impactos da crise climática acentuarão as desigualdades existentes, aumentando os riscos de pobreza, insegurança alimentar e outras mudanças sociais.

- Responsabilidade histórica e emissões de carbono

De acordo com Farias (2013), com o início da Primeira Revolução Industrial, por volta de 1750, a humanidade passou a utilizar de forma mais intensa os combustíveis à base de carbono, a exemplo da madeira, carvão, turfa, óleo e gás. A demanda por fontes de energia barata cresceu junto com o aumento da população, que passou de aproximadamente 700 milhões de pessoas, em meados do século XVIII, para os mais de





COLÓQUIO DE HISTÓRIA SOCIAL

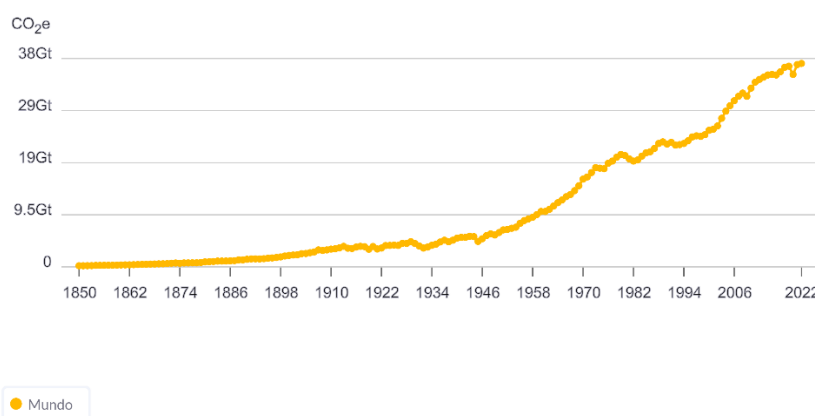
As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

sete bilhões, atualmente ultrapassando a marca dos oito bilhões. O avanço da industrialização, a exploração constante dos recursos naturais e a necessidade de alimentar, o transporte e o aquecimento de bilhões de indivíduos neste longo espaço de tempo levaram a um aumento expressivo na concentração de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera. Esse gás é extremamente reconhecido como um dos principais responsáveis pelo efeito estufa.

As emissões de dióxido de carbono (CO₂) que tem como fonte as atividades humanas atingiram níveis cada vez mais altos no decorrer da história. De acordo com dados recentes, em 2022, a quantidade de CO₂ liberada globalmente foi 182 vezes maior do que em 1850, período em que a Revolução Industrial estava em andamento. Tal aumento pode ser visualizado na Figura 1 abaixo, em que em 1850 a emissão foi de 204Mt (megatoneladas) e em 2022 de 37,10Gt (gigatoneladas).

Figura 1: Emissões globais de CO₂



Fonte: Climate Watch- PIK (2025)

Ainda de acordo com dados de emissões da Climate Watch, plataforma de dados do WRI (World Resources Institute), o Reino Unido era o maior emissor de CO₂ do mundo em 1850. À época, as emissões da região superavam em seis vezes as dos Estados Unidos, o segundo do ranking. Historicamente, sabe-se que a Primeira Revolução ocorreu

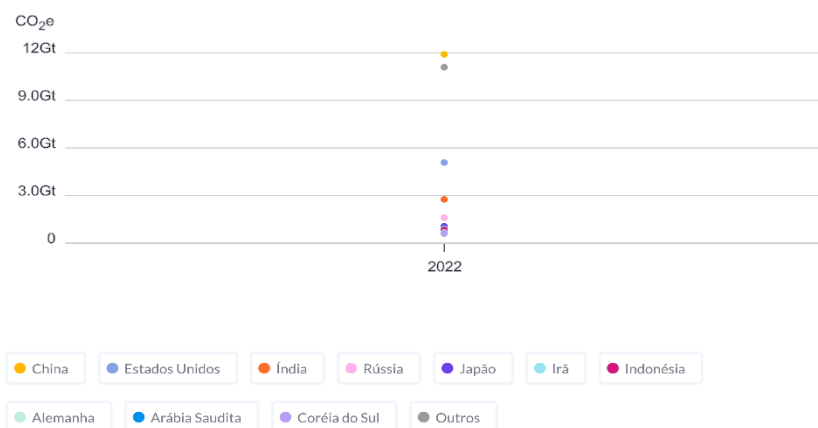


As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

na Inglaterra (país integrante do Reino Unido) entre 1760 e 1850. Esse movimento foi marcado pela transição da produção artesanal para a mecanizada. Houve o surgimento das indústrias, com um avanço significativo especialmente no setor têxtil, onde a introdução de máquinas de fiar, teares mecânicos e a máquina a vapor aumentou consideravelmente a produtividade.

Figura 2: Maiores emissores de CO₂ em 2022



Fonte: Climate Watch- PIK (2025)

Em 2022, de acordo com a Figura 2, a China liderava as emissões de CO₂, sendo seguida pelos Estados Unidos, Índia e Rússia. Cabe um adendo para o Brasil que, com base em dados de 2021, foi “[...] o quinto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo, com 3,1% do total mundial. Fica atrás apenas da China (26%), EUA (11%), Índia (7%) e Rússia (4%) e pouco à frente da Indonésia (3%)” (SEEG, 2024, p. 9). Durante grande parte da primeira metade do século XX, os países da América do Norte e da Europa estiveram entre os principais emissores globais de CO₂. Em virtude disso, os Estados Unidos e a União Europeia ainda figuram como os maiores emissores históricos, sendo responsáveis por grande parte do CO₂ acumulado na atmosfera até hoje. Os EUA mantiveram a primeira posição entre os maiores emissores ao longo do século 20, mas



COLÓQUIO DE HISTÓRIA SOCIAL

As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

posteriormente os países asiáticos começaram a despontar no cenário, liderados pela China.

Embora seja preciso a cooperação global para enfrentar as mudanças climáticas, um número limitado de países possui uma responsabilidade maior, sobressaindo-se os países desenvolvidos e/ou que foram os principais desencadeadores da crise climática por liderarem as Revoluções Industriais que sem dúvidas, por introduzir e desenvolver as indústrias, tem papel central na problemática abordada. Essas nações devem assumir a liderança no combate às mudanças climáticas, reduzir suas emissões e ajudar outras nações na transição para uma economia mais sustentável e de baixo carbono.

Portanto, a responsabilidade histórica sobre as emissões de carbono está intrinsicamente ligada ao processo de industrialização dos países mais poderosos economicamente. Estados Unidos, China e União Europeia estão entre os maiores emissores de CO₂, responsáveis por grande parte da acumulação histórica de gases de efeito estufa na atmosfera. “Os países industrializados possuem responsabilidade pelo acúmulo do dióxido de carbono na atmosfera e mostram esforços para transformação da estrutura produtiva para diminuir suas emissões.” (Sesso, 2022, p. 1).

No entanto, os efeitos da crise climática ocorrem de maneira desproporcional, causando maior impacto em países em desenvolvimento e comunidades mais vulneráveis, que tem um menor grau de responsabilidade. Mesmo que emitam menos carbono, sofrerão consequências como eventos climáticos severos, elevação do nível do mar e insegurança alimentar.

A desigualdade existente reforça a necessidade de compromissos diferenciados na luta contra as mudanças climáticas, exigindo que os maiores emissores assumam maior responsabilidade na mitigação e adaptação aos impactos ambientais.

Possíveis soluções e propostas de mitigação

- Políticas públicas para justiça climática





COLÓQUIO DE HISTÓRIA SOCIAL

As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

A justiça climática é um conceito que está interligado com a garantia dos direitos humanos, já que os efeitos de um fenômeno ambiental afetam diretamente a qualidade de vidas das populações mais pobres e marginalizadas. O Estado, nesse contexto, deve ir além da simples não intervenção e atuar de forma ativa na proteção das populações mais carentes de recursos, assim como a população de maneira geral também deve ajudar a combater tais malefícios, de forma a efetivar o conceito de justiça climática, garantindo que estas tenham acesso a recursos e instrumentos para minimizar os riscos climáticos.

Em se tratando de políticas públicas voltadas para a justiça climática, pode-se destacar aquelas voltadas para a diminuição dos impactos ambientais, a adaptação às mudanças do clima e a passagem para uma economia de baixo carbono. Outrossim, a justiça climática impõe um olhar global, já que os efeitos dos fenômenos climáticos desconhecem o conceito de fronteiras. Dessa forma, países desenvolvidos têm a responsabilidade de apoiar tecnologicamente e financeiramente os que estão em desenvolvimento, o que permite que estes possam se adaptar e se recuperar de forma adequada e rápida às oscilações dos fenômenos climáticos sem comprometer seu crescimento econômico. O cumprimento de acordos internacionais como a Rio+20, por exemplo, representa um grande passo para mitigar a exploração de recursos naturais por parte das grandes instituições.

Entretanto, para que essas medidas se concretizem de fato há desafios significativos, como a resistência de setores econômicos que dependem de combustíveis fósseis, a falta de financiamento adequado e falha política em muitos dos países. Para que essas barreiras sejam superadas, é vital que haja a mobilização social, exigir maior assistência por parte dos governos, ou seja, de haver maior conexão entre as nações na forma de cooperação.

- O papel das Organizações Internacionais

A atuação da ONU no que tange à organização das conferências ambientais trouxe a concretização da consciência ambiental no âmbito internacional. Segundo (Derani,





COLÓQUIO DE HISTÓRIA SOCIAL

As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

2001), a globalização reforçou a interdependência entre as nações, fato este que exigiu cooperação internacional para enfrentar desafios ambientais que vão além das fronteiras nacionais. Nesse contexto, a atuação das OIs (Organizações Internacionais) fortalece a promoção de políticas ambientais que visem melhorar as condições da vida humana, principalmente da parcela da população mais afetada pelos fenômenos ambientais, como também ressalta o princípio da cooperação entre os Estados.

Com o passar do tempo, a questão ambiental foi se popularizando em grande escala. Então, a partir de 1972, a discussão sobre temas envolvendo o meio ambiente foram pautas constantes nas agendas internacionais. Já em 1985, a Convenção de Viena sugeriu a necessidade de existir uma certa harmonização de políticas, principalmente no sentido de evitar, limitar e controlar as atividades humanas que causam danos à camada gasosa que envolve o planeta terra, camada de Ozônio.

A Conferência de Montreal ou Protocolo de Montreal (1988) também foi um tratado de grande relevância no eixo ambiental, pois ela foi uma medida adotada para proteger a camada de Ozônio, ou seja, contribuiu para a não emissão de substâncias que destroem a camada gasosa da terra, seja essa emissão através da produção ou consumo dessas substâncias. Conti (2005, p. 72) expõe que “A campanha internacional que se desencadeou em defesa da camada de ozônio culminou com a assinatura, pelos principais países do mundo, em 1988, do Protocolo de Montreal, cujo objetivo foi abolir o uso dos referidos gases a fim de proteger a vida na Terra.”. Tal medida se concretizou através da Convenção de Viena que formalizou uma série de princípios voltados à população para a proteção do ozônio contido na camada gasosa que envolve o planeta terra, assim como deveres por parte dos governos em adotarem essas medidas e supervisioná-las para uma maior efetividade da política.

Já o protocolo de Kyoto foi um tratado internacional criado em 1997, o qual objetivava reduzir as emissões dos gases que atenuam o efeito estufa que é responsável pelo aquecimento global, são eles: dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, ozônio entre outros. Essa medida passou a vigorar em 2005, estabelecendo metas obrigatórias de





COLÓQUIO DE HISTÓRIA SOCIAL

As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

redução desses gases principalmente quando o assunto são os países desenvolvidos, tendo em vista as suas responsabilidades históricas na emissão desses poluentes.

Outro movimento importante na história do meio ambiente e desenvolvimento sustentável foi a Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Realizada no Rio de Janeiro em junho de 2012, foi assim intitulada porque, nessa data, marcava os vinte anos da histórica Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). O evento reuniu líderes de todo o mundo para debater soluções para o desenvolvimento sustentável, a exemplo, a Economia Verde, as emissões dos gases que causam o efeito estufa, como também assuntos relacionados às mudanças climáticas e à pobreza.

Sendo assim, vê-se a importância de tais medidas, pois são a partir delas que o meio ambiente pode ser preservado e a cooperação global é o motor para que elas se concretizem.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, foram apontados os efeitos climáticos e como eles não são distribuídos uniformemente, recaindo a maior parte das consequências sobre os países em desenvolvimento e as populações mais vulneráveis, mesmo possivelmente sendo os menos responsáveis pela emissão de poluentes em geral, tendo em vista que possuem menos recursos para mitigar os danos ocasionados por diferentes condições do clima.

Destacando conceitos como o de colonialismo ambiental, nota-se que o processo de colonização e exploração de recursos de outros países exerceu influência sobre a atual conjuntura, uma vez que a ideia predominante era de avanço econômico sem considerar os impactos sobre o meio ambiente, retirando de forma desenfreada a matéria prima e aplicando no modelo apoiado no capitalismo, visando a obtenção de lucro. Sendo assim, desde períodos mais remotos, as nações com menos poder sofreram com a exaustão de seus ecossistemas, situação essa ainda mais acentuada com o advento das Revoluções Industriais.





As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

Esse novo cenário histórico, se por um lado permitiu a alavancagem das indústrias, o desenvolvimento tecnológico e o aumento da produtividade, por outro resultou em pontos negativos como a emissão de gases poluentes pelas fábricas, acentuamento da insalubridade das populações periféricas e aprofundamento das desigualdades sociais nas cidades. Portanto, os países desenvolvidos assumem uma responsabilidade histórica pelas emissões acumuladas de gases de efeito estufa. E com os países mais desprovidos de meios para encarar possíveis desastres naturais e outras mudanças climáticas, é essencial que políticas direcionadas para a justiça climática sejam adotadas e renovadas, permitindo que os custos/benefícios recaiam de forma equitativa entre as regiões.

Por fim, ressalta-se a necessidade de migrar de um modelo puramente vinculado ao capital e lucro para um modelo de desenvolvimento que seja mais inclusivo e sustentável, que permita conectar o crescimento econômico com a manutenção ambiental. Nesse caso, urge acontecer ações coordenadas entre os países, empresas, governo e sociedade como um todo para enfrentar os obstáculos impostos por mudanças climáticas.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene. PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004, p. 23-39.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, 27(72), 2014. 613-627.

BOULDING, Kenneth. The economics of the coming spaceship earth. In: Henry Jarret (Ed.), **Environmental quality in a growing economy**. London; Baltimore: Resources for the Future Inc. & The Johns Hopkins Press. 1966.

CLAPP, Jennifer; DAUVERGNE, Peter. **Paths to a Green World: The Political Economy of the Global Environment**. Boston: MIT, 2005.

CONTI, José Bueno. Considerações sobre as mudanças climáticas globais. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 16, p. 70-75, 2005.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Max Limonad, 2001.





COLÓQUIO DE HISTÓRIA SOCIAL

As faces do colonialismo: da escravidão ao imperialismo

14 e 15 DE ABRIL DE 2025, UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - CRATO - CE

FARIAS, Christiano Alves et al. No limiar da quarta revolução industrial: iniciativas para sustentabilidade por empresas líderes do setor automotivo rumo a nova economia. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 12, n. 3, p. 83-95, 2013.

JURAS, Ilidia da Ascensão Garrido Martins Juras. Aquecimento global e mudanças climáticas: uma introdução. **Plenarium**, v. 5, n. 5, p. 34-46, 2008.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA – IPCC. **Mudança do Clima 2023: Relatório Síntese**. Tradução realizada pelo Governo do Brasil e pelo Pacto Global da ONU no Brasil. Geneva, Suíça: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 13 de fev. de 2025.

SEEG. **Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil 1970-2023**. SEEG, 2024. Disponível em: <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2024/11/SEEG-RELATORIO-ANALITICO-12.pdf>. Acesso em: 14 de fev. de 2025.

SESSO, Patrícia Pompermayer et al. Agronegócio de países selecionados: análise de sustentabilidade entre o PIB e emissões de CO2. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 2, p. e258543, 2022.

SQUEFF, Tatiana A F R Cardoso. MARTINS, Fernanda Rezende. A apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável como instrumento de manutenção da colonialidade sobre os recursos naturais. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 11, n. 3, p. 30-53, set./dez. 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2009. 12-43.

